



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 29/2008

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE: 12/12/ 2007

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/938/2007

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200625351

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR CONS: RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA

**EMENTA: ICMS – MERCADORIA EM TRÂNSITO –
TRANSPORTE DE MERCADORIA
DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO
FISCAL - PROCEDENTE.** Responsabilidade do
transportador, de acordo com o art. 140 do Dec. n.
24.569/97. Decisão amparada em Parecer/PGE 34/99.
Penalidade inserta no art. 123, III, “a” da Lei nº
12.670/96, com nova redação dada pela Lei
nº 13.418/03. Recurso Voluntário conhecido e
desprovido. Decisão por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Relata o Agente Fiscal na sua inicial que, ao efetuar a conferência, constatou-se a existência de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, procedendo-se, por conseguinte, à lavratura do Auto de Infração.

Indica como dispositivo legal infringido o art. 140 do Dec. nº 24.569/97. Como penalidade sugere o art. 123, III, “a”, da Lei nº 12.670/96.

Certificado de Guarda de Mercadorias acostado às fls. 04.

Em sede de impugnação, sustentou a ECT o seguinte:

- *Que a ECT, empresa criada pelo Decreto-Lei 509/69 tem por finalidade explorar e executar em nome da UNIÃO os serviços de postagem, que por sua vez podem ser definidos como “recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondências, valores e encomendas”;*
- *Ressalta que a ECT não é empresa prestadora de serviços, atuando na “execução de serviço postal (serviço público) inerente a própria UNIÃO, possuindo caráter eminentemente social;*
- *Citando os arts. 21, X e 22 da CF, e arts. 2º e 7º da Lei 6.538/78 que definem o serviço postal, afirma que nos termos do art. 12 do Decreto-lei 509/69 a empresa goza de imunidade tributária vez que sendo o serviço postal um serviço público e direto de competência da UNIÃO não pode ser confundido com um simples serviço de transporte;*
- *Que a empresa não cuida de mercadoria, vez que todos os objetos transportados são definidos como objeto postal, nos termos do art. 47 da Lei 6.538/78. Aduz, ainda, que o transporte de encomendas por ela efetuado não é a atividade fim empresa, sendo apenas uma circunstância inerente ao serviço postal, vez que o remetente e destinatário se encontram em localidades distintas, havendo, portanto a necessidade de deslocamento físico no espaço;*
- *Explica que não é contribuinte do imposto pela ausência de fato gerador.*

O insigne Julgador Monocrático entendeu pela procedência da autuação, baseado no Parecer n. 34/99, da PGE, conferindo imunidade apenas aos serviços postais “stricto sensu”, não se estendendo ao transporte e entrega de mercadorias ou demais serviços prestados pela autuada, já que são executados em regime de concorrência, não sendo monopólio da União, configurando, portanto, a hipótese de incidência a que se refere o art. 2º, da Lei n. 12.670/96.

Irresignada, a ECT interpôs Recurso Voluntário aduzindo, em síntese, que a empresa não atua no campo de prestação de serviços como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas com a execução de serviço postal (público) inerente à União. Alega, ainda, que não é transportadora e nem de transportes são os serviços que presta, consistindo a movimentação diuturna da carga postal exclusivamente o meio pelo qual seus fins são alcançados. Que a ECT não pode ser considerada como contribuinte, não havendo incidência de imposto, em virtude de tratar de atividade estatal específica. Requestou pelo acolhimento da defesa, reconhecendo a nulidade do procedimento instaurado, para declara a imunidade tributária da ECT e, conseqüentemente, a improcedência do auto de infração combatido, determinando-se o arquivamento do processo.

A Consultoria Tributária, em Parecer de nº 624/2007, opinou, pelo conhecimento do Recurso Voluntário, para negar-lhe provimento, no sentido de manter a decisão singular condenatória, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado que adotou o respectivo Parecer.

É o Relatório

VOTO DO RELATOR

A presente lide teve como objeto à acusação de que a autuada transportava mercadorias em situação fiscal irregular, ou seja, desacompanhadas de documento fiscal.

De certo, a legislação tributária estadual, de acordo com o art. 169, I, do Dec. n. 24.569/97, determina que o remetente deverá emitir nota fiscal, com o fito de permitir o conhecimento e o controle pelo Fisco das operações realizadas, a fim de se efetuar a cobrança do ICMS, caso devido.

Por sua vez, o art. 830 do Decreto nº 24.569/97 prevê a retenção da mercadoria que se encontre desacompanhada da respectiva documentação fiscal e o dever de o autuante constituir o crédito tributário mediante a lavratura do auto de infração.

No que tange a responsabilidade do transportador, dispõe o art. 140 do Decreto n. 24.569/97, de forma clara e precisa, que "*O transportador não poderá aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadoria ou bem que não estejam acompanhados dos documentos fiscais próprios.*"

Ocorre que, no presente caso, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, não observou os cuidados exigidos pela legislação, em face da responsabilidade atribuída pelo artigo supramencionado, quando do transporte de mercadorias sem a Nota fiscal para albergá-las, restando configurada a infração apontada.

Ademais, vale ressaltar, que o legislador federal, ao tratar sobre a imunidade, no art.150, VI, da Carta Magna, não estendeu seus efeitos às prestações de serviços de transportes realizadas pela ECT, até mesmo porque tal procedimento seria uma afronta ao princípio da livre concorrência, uma vez que o serviço prestado pela empresa autuada não é monopólio da União.

Assim, corroborando o entendimento de que a imunidade não é estendida aos serviços de transporte realizados pela autuada, manifestou-se a douta Procuradoria Geral do Estado, no Parecer nº 34/99, restando, portanto, configurada a legitimidade da ECT para figurar como sujeito passivo da obrigação tributária.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Recurso Voluntário para negar-lhe provimento e, afastando a nulidade do procedimento requestada pela ECT, confirmar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando PROCEDENTE o feito fiscal na conformidade do Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

É O VOTO.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO: R\$ 2.099,00 ICMS (17%): R\$ 356,83 MULTA (30%) : R\$ 629,70
TOTAL: R\$ 986,53

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**.

Após rejeitar, por UNANIMIDADE de votos a preliminar de nulidade suscitada em grau de recurso, a 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, também por unanimidade de votos, resolve conhecer do Recurso Voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente, justificadamente, a Conselheira Vanessa Albuquerque Valente.

SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 04 de JANEIRO de 2008.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE

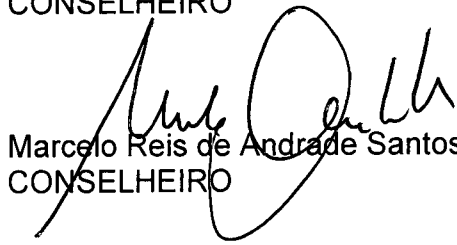

José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO RELATOR


Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA


Thiago Pereira Fontenelle
CONSELHEIRO


pp Maria Salete Rocha Barbosa
CONSELHEIRA


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
2ª Câmara de Julgamento

ATA DA 228ª (DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ, DO ANO 2007 (DOIS MIL E SETE).

Aos 12 (*doze*) dias do mês de dezembro do ano dois mil e sete (2007), às 10 (*dez*) horas e 10 (*dez*) minutos, havendo quorum regimental, e estando presentes à Sessão os Conselheiros representantes da Secretaria da Fazenda e os das entidades de classes empresariais, a saber: José Maria Vieira Mota, Francisca Marta de Sousa, Maria Salete Rocha Barbosa, Regineusa de Aguiar Miranda, Ildebrando Holanda Júnior, Marcelo Reis de Andrade Santos Filho, Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira, Thiago Pereira Fontenelle e o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade, foi aberta a 228ª (*Ducentésima Vigésima Oitava*) Sessão Ordinária da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Alfredo Rogério Gomes de Brito. Foram lidas, aprovadas e assinadas, as resoluções referentes aos processos de números: 1/1/2108/99, 1/254/02, 1/255/02 – Relator: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira. **ORDEM DO DIA: Processo de Recurso nº: 1/3352/2006. AI: 1/200618563. Recorrente: JOSÉ CAVALCANTE Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: MARCELO REIS DE ANDRADE SANTOS FILHO. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso voluntário, resolve, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade suscitada em grau de recurso. No mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso voluntário para confirmar a decisão *condenatória* exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da douta PGE. **Processo de Recurso nº: 1/938/2007. AI: 2/200625351. Relator: RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA e Processo de Recurso nº 1/942/2007. AI: 2/200700266. Relatora: REGINEUSA DE AGUIAR MIRANDA, que têm como Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância, tiveram a seguinte Dcisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso voluntário, resolve, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade suscitada em grau de recurso. No mérito, também por unanimidade de votos, resolve negar provimento ao recurso interposto para confirmar a decisão *condenatória* exarada em 1ª Instância, nos termos dos votos dos respectivos Conselheiros Relatores e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, aprovado pelo representante da douta PGE. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, às 11 (*onze*) horas, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão no dia 13 (*treze*) de dezembro do corrente ano, no horário regimental. E para

constar, eu, *Silvana Rodrigues Moreira de Souza*, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente e demais membros da Câmara.

Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO

José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO

Thiago Pereira Fontenelle
CONSELHEIRO

Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA

Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO

Maria Salete Rocha Barbosa
CONSELHEIRA

Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO

Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA

Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO